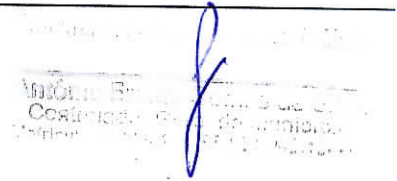


Anexo 1 - ACCI [2018.1]



Data de envio
26/07/2018 13:07:50
Endereço IP
179.107.66.150

ACCI - PODER EXECUTIVO

Possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS?
Sim [Y]
Lei de Instituição do Controle Interno:
597/2011
Possui entidade da Administração Pública Indireta?
Não [N]
O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre/semestres anterior, em audiência pública?
Não [N]
Onde foi realizada audiência Pública?
NÃO
A audiência foi realizada no prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF?
Não [N]
O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso?
Não [N]
A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram estabelecidos pelo Poder Executivo em até trinta dias após a publicação dos orçamentos?
Não [N]
Houve realização de operação de crédito?
Não [N]
Qual a modalidade da Operação de Crédito?
operação de crédito interna [Q1]
Foi ordenada operação de crédito, sem autorização legislativa?
Não [N]
As operações de crédito superaram os limites estabelecidos na Resolução do Senado?
Não [N]
O montante previsto para as receitas de operações de crédito ultrapassou as despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária?
Não [N]
Foi prestada garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contra-garantia em valor igual ou superior?
Não [N]
A ARO foi realizada somente a partir do décimo dia do início do exercício?
Não [N]
A ARO foi liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do exercício?
Não [N]

O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União?
Sim [Y]
As disponibilidades constam de registro próprio de modo que recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada?
Sim [Y]
As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades?
Sim [Y]
As disponibilidades do RPPS estão aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira?
Sim [Y]
Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação?
Sim [Y]
Existem obras paralisadas?
Sim [Y]
Existem obras em andamento?
Sim [Y]
O Poder Executivo ao enviar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao legislativo anexou o relatório com as informações das obras em andamento?
Sim [Y]
Houve descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas?
Sim [Y]
Houve abertura de créditos adicionais?
Não [N]
Foram publicados os decretos de contratação de operações de crédito no exercício, mediante leis autorizativas?
Sim [Y]
As alterações de saldos apresentadas nos Decretos de abertura de créditos adicionais representam os mesmos valores demonstrados na contabilidade?
Não [N]
Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?
Sim [Y]
Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis?
Sim [Y]
Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos?
Sim [Y]
Foi aplicado o percentual mínimo de 25% da receita proveniente de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino?
Sim [Y]
Houve aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício?
Sim [Y]
Houve cumprimento do limite mínimo de 15% em ações e serviços públicos de saúde?
Sim [Y]
Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal e legislação local?
Sim [Y]

As contratações de pessoal por tempo determinado são realizadas mediante lei aprovada pela Câmara Municipal?
Sim [Y]
Houve inclusão, no orçamento, da verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado (sentenças judiciais), constantes de precatórios apresentados até 1º de julho?
Sim [Y]
Existem pendências de pagamento de precatórios referente ao exercício anterior?
Sim [Y]
Houve contabilização como dívida do Ente, dos valores correspondentes aos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento?
Não [N]
Houve assunção de obrigações nos dois últimos quadrimestres do mandato, de obrigação de despesa que não tenha sido cumprida integralmente no referido período, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito?
Não [N]
Houve cumprimento do limite da dívida consolidada?
Sim [Y]
Houve registro contábil das obrigações do Ente no Passivo Financeiro e Permanente?
Sim [Y]
Foi detectada ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência?
Sim [Y]
Houve ausência de retenção, ou retenção a menor, da contribuição previdenciária dos servidores?
Não [N]
Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência?
Sim [Y]
Houve ocorrência de déficit na execução orçamentária?
Não [N]
Houve cumprimento da estrita ordem cronológica das exigibilidades para cada fonte diferenciada de recursos no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras, prestação de serviços e precatórios?
Sim [Y]
Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público?
Sim [Y]
Os recursos financeiros oriundos de convênios são movimentados em conta bancária vinculada específica?
Sim [Y]
A despesa com pessoal aumentou nos últimos 180 dias do mandato?
Não [N]
Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal?
Sim [Y]
A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal?
Sim [Y]
A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal?
Sim [Y]
O Poder Executivo possui Quadro de Pessoal próprio instituído por lei?
Sim [Y]

O quantitativo de servidores é compatível com o quadro aprovado?
Sim [Y]
Os servidores foram admitidos através de concurso público?
Sim [Y]
Os documentos relativos ao concurso público e os atos de nomeação ou admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro?
Sim [Y]
Existem servidores contratados por tempo determinado?
Sim [Y]
Os contratos estão autorizados por lei específica com motivos devidamente justificados?
Sim [Y]
Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro)?
Não [N]
Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas?
Sim [Y]
Houve receita de alienação de Ativos (bens e direitos)?
Não [N]
Houve aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente?
Não [N]
Em caso de alienação, doação e outros havia laudo de avaliação, leis autorizativas e justificativas?
Não [N]
Houve Bens Incorporados e Desincorporados no Patrimônio Municipal?
Sim [Y]
O patrimônio municipal está devidamente registrado e controlado (registro dos bens imóveis e tombamento dos móveis), com termo de responsabilidade assinado pelo responsável pela sua guarda e conservação?
Sim [Y]
O Poder Executivo possui frota própria de veículos e máquinas?
Sim [Y]
É realizado o controle de uso e manutenção (gastos com combustíveis, lubrificantes e peças de reposição)?
Sim [Y]
Houve despesa ordenada sem a autorização legal?
Não [N]
A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO foi apresentada com os Anexos de Metas e Riscos Fiscais?
Sim [Y]
As publicações bimestrais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foram efetuadas nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?
Sim [Y]
O envio bimestral do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foi efetuado nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?
Sim [Y]
O Poder Executivo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?
Sim [Y]
O Poder Executivo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?
Sim [Y]

Ocorreram fatos que requeressem a limitação de empenhos?
Não [N]
Houve limitação de empenhos e movimentação financeira, nos casos estabelecidos no art. 9º, da LC nº 101/00?
Não [N]
O Poder Executivo instituiu e cobra todos os impostos e taxas de sua competência conforme disposto no art. 11 da LC nº. 101/2000?
Sim [Y]
O Poder Executivo inscreve na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com o recolhimento dos impostos devidos e adota as providências para cobrança?
Sim [Y]
O orçamento foi superestimado?
Não [N]
O subsídio do Prefeito obedece ao estabelecido em lei?
Sim [Y]
O subsídio do Vice-Prefeito está em conformidade com a legislação pertinente?
Sim [Y]
Os subsídios dos secretários guardam consonância ao estabelecido em lei?
Sim [Y]
Existe análise e manifestação do responsável pelo Controle Interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres?
Sim [Y]
Todos os processos de realização de despesas são submetidos à verificação e análise do Controle Interno?
Sim [Y]
Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados?
Sim [Y]
Houve despesa não empenha de competência do referente período?
Sim [Y]
Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade?
Não [N]
Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?
Sim [Y]
Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar?
Sim [Y]
Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?
Sim [Y]
O Poder Executivo tem implantada em seus órgãos, a conta Almoarifado, destinada ao registro e controle das aquisições, aplicações e estocagem dos produtos e materiais adquiridos durante o exercício?
Sim [Y]
O registro da conta Almoarifado atendeu às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?
Sim [Y]
Existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão de diárias?
Sim [Y]
O Poder Executivo possui Comissão Permanente de Licitação regular?
Sim [Y]


Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal nº 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão?
Sim [Y]

Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores?
Sim [Y]

O Poder Executivo mantém cadastro atualizado de todos os fornecedores e prestadores de serviços da administração municipal?
Sim [Y]

Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário acima:
TUDO DENTRO DA NORMALIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS (justificativas e indicação das providências adotadas quanto as falhas e irregularidades ou ilegalidades constatadas):
TUDO DENTRO DA NORMALIDADE


Assinado em: _____
Assinatura: _____
Cargo: _____
Data: _____